

**ATA Nº. 04/22DEZ2017 - Mandato 2017/2021**

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE DOIS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE.**-----

No dia vinte e dois de dezembro do ano dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de dezembro destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 5 Apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2018;-----

Ponto 6 Apreciação e votação da Autorização Prévia e Autorização Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para o ano de 2018;-----

Ponto 7 Apreciação e votação da autorização para a contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2018.-----

Ponto 8 Aquisição de serviços de vigilância e segurança nos edifícios municipais - Autorização de compromisso plurianual.-----

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** A mesa ficou constituída pela Primeira secretária Fernanda Cravo em substituição do Presidente, Fernando Maria, por este se encontrar doente, e pela segunda secretária, Margarida São Marcos a exercer funções de primeira secretária, foi chamada a executar as funções de segunda secretária, a membro Teresa Alves.-----

**PRESENÇA DO EXECUTIVO:** Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçóilo e os Vereadores Marcos Ré, Eduardo Conde, Sara Pinho, Fátima Teles, Sérgio Lopes e Tiago Lourenço.-----

Uma vez declarada aberta a reunião pela Presidente da Mesa, a segunda secretária, Teresa Alves, procedeu de imediato à chamada dos membros deste órgão; Manuel Soares (em substituição de Cláudia Santos), Francisco Grangeia (em substituição de Hugo Lacerda), Flor Agostinho, João Bernardo, Carla Rodrigues, António Pinho, Irene Ribau, João Roque, Ricardo Santos, Pedro Rosa Novo, Pedro Martins, Eduardo Arvins (em substituição de Fernando Maria), Domingas Loureiro, Carla Madail, Mariana Ferreira (em substituição de Luís Leitão), André Guimarães, João Santos (em substituição de Pedro Anjo), João Campolargo, Luís Diamantino, António Arvins (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré) e Augusto Rocha. Foi devidamente justificada a falta do membro José Almeida -----

**Presidente da Mesa:** Anuncia o início da reunião, dando continuidade aos trabalhos no ponto onde haviam sido interrompidos na reunião anterior, por se ter atingido a hora prevista para o encerramento sem que se tivesse esgotado a Ordem do Dia, passando à leitura do Ponto 5- Apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2018. Dá em seguida a palavra ao Presidente da Câmara para a habitual introdução: -----

**1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:**

**Presidente da Câmara:** Começa por informar a Assembleia que o Presidente da Assembleia Municipal continua internado, embora tenha já saído dos cuidados intensivos e pediu para enviar os votos de Bom Natal a todos. -----

Informa que a proposta de Plano e Orçamento foi aprovada na Câmara Municipal. Cifra-se em 29,2 milhões de euros é um aumento de 10% relativamente ao ano passado, justificada pelas candidaturas ao FEDER, financiamento que se julga obter. É um valor equilibrado, tem o quantitativo de 53% de despesa em função do Orçamento. Os números aí descritos falam por si e considera-se um Plano e Orçamento perfeitamente exequível e muito equilibrado. Mantém-se disponível para o que pretenderem questionar. -----

**Presidente da mesa:** abre inscrições para a -----

**1ª. Intervenção dos membros:**-----

**António Pinho:** Começa por dizer que os mecanismos de rigor criados pela intervenção da Troika, obrigaram, felizmente, a orçamentos de rigor. Contudo, salienta o facto do documento em apreço fazer muitas vezes referência ao Partido que Governa a Câmara, este é o executivo Municipal e um documento que é de todos. Salienta os Planos que estão obrigatoriamente em revisão cumprindo a Lei. A mobilidade e “o Ílhavo In” que depois de um ano de experiência está suspenso para balanço, questiona qual é a perspectiva do mesmo. Na requalificação do Parque Desportivo do Gafanha pergunta o que está previsto fazer este ano. Falando nas ciclovias, seria bom e necessário as crianças poderem deslocar-se para as escolas de bicicleta. Seria uma prevenção à obesidade e uma forma de fazer desporto. Falando na rotunda da Barra sugere que se estude uma alternativa de menor fluxo de veículos, porque independente da melhor circulação, o ideal seria que não entrassem tantos veículos nas praias. -----

**Ricardo Santos:** Começa a análise ao documento dizendo que introduz algumas alterações, muitas delas ventiladas pelo BE, o que lhe apraz registar. Salienta as obras na Unidade de Saúde na Gafanha da Nazaré e em algumas escolas, bem como o alargamento da rede de saneamento e outros equipamentos. Salienta que há ainda muitos projectos importantes que ficam a aguardar. É sua opinião, que o Presidente da Câmara deverá intervir junto do Ministério da Educação para que sejam agilizadas as obras urgentes a realizar na Escola Secundária de Ílhavo. A ação social tem merecido atenção por parte do executivo e os prémios obtidos agradam à Assembleia, mas há ainda muita coisa por fazer. Pergunta o que está previsto em termos de Habitação Social e para quando a finalização da rede de águas e saneamento. Refere deverem ser maximizados os espaços culturais construídos, mais dinamização e diversificação de exposições no Museu Marítimo e realça ainda a necessidade de requalificação dos equipamentos desportivos e a dinamização dos Parques Industriais. -----

**Pedro Martins:** O Sr. Presidente, na reunião da semana passada, disse que a Câmara de Ílhavo no início do seu mandato estava numa situação delicada e teve de se recuperar, referiu também que houve gastos que poderiam ser evitados e investimentos mais proveitosos. Pergunta quais foram os gastos que poderiam ser evitados, porque vem na linha das críticas do PS. Pergunta o que entende por “Grande Cidade”. Os cidadãos não se interessam pela Assembleia Municipal, nem a Comunicação Social aqui está hoje. Os níveis de abstenção são elevadíssimos. A culpa é abstrata, no entanto puxando os louros para o que corre bem, também é necessário assumir o que é menos bom.. Os cidadãos alheiam-se da política por culpa de todos nós, mas também porque a Câmara não procura incentivos para participação. No urbanismo há um grande trabalho a fazer e o que se tem feito não é credor de se ser “Grande Cidade”. Tem havido algum investimento em regeneração urbana na sede do concelho, com o PEDU. E as restantes freguesias? Nenhuma teve um investimento relevante nesta matéria. Entendemos o saneamento como investimento prioritário. Não compreendemos os valores inscritos no programa 23 milhas,

comparado com o Museu Marítimo. Chama a atenção para a necessidade de melhoria das Zonas Industriais, criação de Espaços Públicos Internet, Orçamento participativo, atenção à protecção animal, iluminação pública no Caminho do Praião e nos passadiços das praias, negociando com quem de direito.-

**João Roque:** Começa por afirmar que o balanço que agora se faça do “Ílhavo In” este vai ser negativo, deixando de fora as zonas industriais e as escolas. Acredita que um serviço com qualidade teria procura e enaltece finalmente a criação do Conselho Municipal da Juventude , desde há muito reclamado pelo PS.--

**João Campolargo:** Concorde com a continuidade das parcerias com as Juntas, mas acha os valores curtos em função dos três anos de relatórios enviados e que espelham as necessidades da Junta. As Juntas têm necessidade da criação de novos postos de trabalho. Chama a atenção para a verba de apenas 1,3 milhões do orçamento para a Junta de Freguesia. As Juntas são também parte do Governo. É necessário fazer o cadastro dos bens nomeadamente imóveis tendo as Juntas apetência para fazê-lo, mas seria necessário aumentar o mapa de pessoal. Quanto à nomeação do Vereador Marcos Ré para interlocutor entre a Câmara e as Juntas de Freguesia considera uma boa escolha e uma mais valia para a continuação das negociações entre os dois órgãos, com uma pessoa muito conhecedora da realidade do concelho.-----

**Hugo Coelho:** Salienta que, os orçamentos são alvos de fiscalização e são cada vez mais de rigor. Este é sobretudo um orçamento para os cidadãos. O que se pretende é criar um município aprazível, com vida própria e com qualidade. O documento apresentado traduz exatamente isso. Ao contrário de alguns comentários, acha que o Município apoia os parques industriais. A criação de um parque na Gafanha de Aquém entre o PCI e a UA é em sua opinião uma mais valia. O Centro 2020, é estruturante e para aproveitar no seu máximo, o que acredita irá ser feito. A Região de Aveiro, afirma, cresce de forma articulada entre Autarquias, Universidade de Aveiro e a Comunidade. O desenvolvimento territorial assenta nestes pressupostos e ajuda a chamar os investidores. -----

**Flor Agostinho:** Dirigindo-se a António Pinho, diz que só nas folhas do Relatório se usa o termo partidário o que se tornou um hábito na nota introdutória. Diz, ainda, que este documento está sem dúvida influenciado pelo dia 1 de Outubro, o que é natural. Acabamos de sair da apresentação dos diversos programas eleitorais. Quem ganhou tem a obrigação maior de cumprir e é isso que vai acontecer. O Plano, que tem um custo financeiro pesado, mereceu a acreditação da população. Partilha a opinião do Pedro Martins acerca da ausência da população nestas e outras reuniões. Nem a oposição , nem quem governa conseguiu até agora convencer as pessoas a maior participação na política, contudo nas Associações esta existe, as pessoas participam e convivem, mas não se sentem motivadas para a política. Chama a atenção para que possa ser um orçamento de risco, se os fundos comunitários não se concretizarem. -----

**Presidente da Mesa** dá a palavra ao presidente da câmara para as habituais respostas: -----

**2ª. Intervenção do Presidente da Câmara:** -----

**Presidente da Câmara:** A Pedro Martins, pergunta se fez a quantificação do que citou necessário fazer e onde ir buscar o dinheiro. Cita “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, no fim deste mandato vai estar muita coisa feita e vai faltar muita. No mandato anterior o investimento na Gafanha da Nazaré foi de 20 milhões de euros. Faz suas as palavras do Flor Agostinho em resposta a António Pinho, no que diz respeito ao relatório. Afirma que: “A população votou em nós, porque percebeu que cumprimos na medida do possível o programa apresentado há 4 anos”. A João Roque e relativamente ao “Ílhavo In” chama a atenção para a cobertura de que fala, a ideia foi fazer a ligação às zonas interiores do município. Decorrido um ano e meio ir-se-à fazer

o balanço. Estão inscritas verbas para pistas cicláveis mas, claro que não é possível fazer pistas em estradas e passeios sem dimensão para isso. Estamos abertos a ideias, mas exequíveis, não abstratas. Ao membro Ricardo diz que o Centro de Saúde é da competência e responsabilidade do Ministério da Saúde e a Escola do Ministério da Educação. A Câmara está disponível para ajudar, mas não para se substituir ao Ministério. Informa que reuniu já com os responsáveis pelo Ministério da Educação, mas ficamos pelas promessas. O projecto cultural vai passar por todos os equipamentos. Dirigindo-se a João Campolargo, diz, caro Presidente de Junta, eu também gostava de dar mais, seria por ter maior capacidade. -----

**Presidente da mesa:** abre inscrições para a -----  
**2ª. Intervenção dos membros:**-----

**Pedro Martins:** Diz este membro que está à vontade porque a votação da obra da rotunda da Barra foi na anterior Câmara, por unanimidade. Mas, para muita gente aquela obra é uma “maluqueira”, porque só serve 2 meses. Pode ser uma “maluqueira” se me permitem usar a expressão, porque nos restantes 11 meses do ano não há necessidade. O dinheiro é um bem escasso e a opção poderia ter sido outra e resolver problemas graves na Gafanha da Nazaré. Outra votação por unanimidade foi o “Ílhavo In” e quem agora vê o autocarro sem ninguém, dirá que é também uma “grande maluqueira”. Concordo que deverá ser esta opção alvo de balanço, mas o relatório que vimos já indica que havia linhas sem ninguém. Há que rever a situação. Se o valor das despesas correntes da Câmara é superior ao investimento, o PS está de acordo desde que se traduza em bons serviços prestados aos munícipes. -----

**João Roque:** Sobre o “Ílhavo In” tendo havido avaliações ao longo do tempo, poderia ter-se alterado já o que não estava bem. Não haverá certamente, necessidade de fazer percurso para o PCI, porque não está lá nenhuma empresa. -----

**Hugo Coelho:** No caso do PCI, a situação dos transportes vai ser assegurada pelo privado. A Transdeve vai assegurar o transporte para o local e em breve irão estar lá várias empresas. -----

**Presidente da Mesa,** terminadas as intervenções coloca a: -----  
**VOTAÇÃO**-----

**Aprovado por maioria a proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2018,** com 11 votos contra do Grupo parlamentar do PS e o representante do BE, 1 abstenção do representante do CDS/PP e 13 votos a favor do Grupo parlamentar do PSD.-----

Á mesa é entregue uma Declaração de Voto que se transcreve: -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO** -----  
Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2018. -----

A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 apresentada pelo Executivo Municipal liderado pela maioria PSD consolida aquilo que os anteriores exercícios já demonstravam, isto é, um plano de intenções bem demonstrativo de uma maioria encerrada em si mesma, sem ideias novas, divorciada dos problemas dos munícipes, incapaz de projectar estrategicamente o desenvolvimento do município, incapaz de apresentar novos projectos estruturantes e mobilizadores.----  
Para o Partido Socialista, o Executivo Municipal devia nortear a sua acção em torno dos desafios da promoção da coesão social, do desenvolvimento de oportunidades para todos, num quadro de segurança

cívica, da protecção e respeito pelo ambiente, da qualidade de vida, do sentido de pertença colectiva em que o cidadão, as instituições e as empresas sejam o destino de todas as políticas implementadas.-----

Em suma, que a actividade política seja percebida em espírito de verdade, equidade, transparência e integridade. -----

Consideramos que o Plano e o Orçamento são insuficientes na prossecução destes objectivos. -----

Os desafios do poder local democrático e a realidade do nosso Município – que regista elevados níveis de afastamento entre os eleitos e os eleitores, que se reflectem nos elevados valores da abstenção nas ultimas eleições autárquicas – exigem um esforço redobrado ao Executivo Municipal na definição de políticas de proximidade. Ainda que consideremos como positiva a promessa de criação do Conselho Municipal da Juventude, obrigação legal a que a maioria PSD tem fugido ao longo dos anos, não podemos deixar de registar mais uma vez a ausência da implementação do Orçamento Participativo, ou da utilização dos instrumentos que as novas tecnologias da comunicação colocam ao nosso dispor para melhorar substancialmente o escrutínio da actividade autárquica pelo cidadão e a interlocução mais frequente e eficiente entre os órgãos autárquicos e os eleitores. -----

A Câmara Municipal deve promover um justo equilíbrio entre a concretização dos anseios da população e o esforço financeiro que exige a cada família para a necessária dotação financeira das autarquias. A fixação do valor das taxas e impostos municipais deve ser aplicada com justiça, proporcionalidade e equidade, tendo em conta a receita que é estritamente necessária à concretização da missão das autarquias e a libertação fiscal das famílias para que estas possam viver e fazer viver a nossa economia local. -----

A Câmara revela-se um predador fiscal, num contexto de constante aumento das suas despesas correntes. A relação fiscal com as famílias, as empresas e os pequenos comerciantes devia ser revista. As regras da fixação de taxas relacionadas com a actividade económica e com o quotidiano das famílias deveriam ser alteradas, tendo como prioridade a criação de emprego, o crescimento do pequeno comercio e a fixação da população. -----

A diminuição da taxa de IMI e da taxa de participação variável do IRS são imperativos que não registamos neste Orçamento. -----

Documentos orientadores como o Plano Estratégico do Município de Ílhavo ou o Plano Director Municipal estão ainda por sair do papel, num exercício de desperdício de medidas com impacto positivo na qualidade de vida dos munícipes. A título de exemplo, releva-se a inexistência de evolução na aprovação dos inúmeros planos de pormenor previstos que resultariam em diversas vantagens para a valorização do nosso território, para o crescimento da nossa economia e para a coesão social e territorial do concelho. -----

O Partido Socialista, por outro lado, continua a entender que o executivo tem o dever de atentar na definição das suas prioridades no que diz respeito ao equilíbrio entre o rigor orçamental e o aprofundamento e amplificação da sua capacidade de resposta as dificuldades sociais e económicas das famílias ilhavenses. Não vislumbramos essa orientação plasmada neste Orçamento, ademais quando se verifica uma redução do investimento nas funções sociais da autarquia, um desequilíbrio entre investimento na acção social e as outras áreas, com prejuízo para as primeiras. -----

Entendemos que o Município já vai atrasado no reforço da sua capacidade de intervenção social e este Plano e Orçamento não é documento que pretenda seguir esse caminho. O reforço da capacidade de intervenção social, por exemplo, através do aprofundamento das parcerias com as IPSS; a implementação de programas educativos que promovam melhores resultados e mais igualdade de oportunidades, como a criação de um programa de oferta de manuais escolares aos alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico são opções políticas estruturantes que deveriam ser tomadas. -----

O ambiente e a valorização do nosso património natural, designadamente a Ria de Aveiro, não são prioridades assumidas neste documento, nem na vertente da sua protecção, muito menos na da sua valorização com vista a potenciar valor acrescentado com efeitos positivos para o bem-estar dos que

aqui vivem e dos que queremos captar para visitar o Município, como deveria ser o esforço de implementação de espaços fluviais de lazer e pratica desportiva informal de recreio.-----  
No capítulo do Ambiente, há ainda a sublinhar o esforço financeiro que o Município ainda deve levar a cabo na instalação de infraestruturas de saneamento básico. Há muito que estes investimentos deveriam ter sido feitos – e o ritmo de conclusão da nossa rede de saneamento básico indicia que ainda vamos esperar longos anos — para libertar o Município desse esforço de modo a ganharmos fôlego financeiro para investir nas funções autárquicas dos novos tempos, aquelas que dizem respeito a coesão social, a valorização do território e ao desenvolvimento económico. -----

Este documento e o momento temporal que o baliza são, inequivocamente, uma oportunidade perdida e a demonstração da incapacidade deste executivo de se entusiasmar e de aportar energia suficiente para criar um verdadeiro paradigma de desenvolvimento sustentável. -----

Assim, atendendo ao exposto, os Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PS votam Contra a Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2018. -----

Ílhavo, 21 de Dezembro de 2017-----

Os Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista, -----

**Presidente da Mesa:** Anuncia a colocação a apreciação do ponto 6 - Apreciação e votação da Autorização Prévia e Autorização Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para o ano de 2018, para cuja explicação dá a palavra ao presidente da Câmara. -----

**1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:** -----

**Presidente da Câmara:** Informa que é um expediente legislativo tem de ter a aprovação da AMI e respeita a Lei dos Compromissos. -----

**Presidente da mesa:** abre inscrições e não havendo intervenientes, passa-se de imediatamente à-----  
**VOTAÇÃO**-----

**Aprovado por unanimidade.** -----

**Presidente da Mesa:** Anuncia a colocação a apreciação do ponto 7 - Apreciação e votação da autorização para a contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2018, dá a palavra ao Presidente da câmara: -----

**1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:** -----

**Presidente da Câmara:** A Lei 73/2013, de 13 de Setembro, dá a possibilidade de financiamento de empréstimos de curto prazo. Entendemos que no ano de 2018, tendo a decorrer diversas obras e que a grande receita só em Maio entrará, existe um ganho para a tesouraria evitando atrasar pagamentos e pagar juros. É um modelo de gestão, porque entra e sai no mesmo ano civil e nem precisa de visto de Tribunal de Contas, o spread é de 0, 6%.-----

**Flor Agostinho:** A explicação do Sr. Presidente já estava expressa nos documentos é uma opção de gestão e pensamos que é de aproveitar. Os 1ºs meses do ano são sempre os mais complicados em entrada de receita, o juro é baixo e é uma forma de não atrasar os pagamentos aos fornecedores. -----

**Ricardo Santos:** Aceita as justificações e pelo valor do spread e a opção de ser um Banco público a CGD, vai votar a favor. -----

**Votação:** Aprovado por maioria com 9 abstenções, do Grupo Parlamentar do PS e 15 votos a favor dos restantes membros. -----

**Presidente da Mesa:** Anuncia a colocação a apreciação do ponto 8 - Aquisição de serviços de vigilância e segurança nos edifícios municipais - Autorização de compromisso plurianual.----- dá a palavra ao Presidente da câmara para a habitual introdução. -----

**1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:** -----

**Presidente da Câmara:** Trata-se de um procedimento já habitual é plurianual e precisa da autorização da AMI. -----

**Ricardo Santos:** Acha que em alguns edifícios da CMI faria sentido a contratação de segurança privada, não em todos. Só para o Navio Santo André totaliza 1/3 das horas totais do contrato. Fazendo contas encontra a solução de admissão de funcionário como uma medida mais justa.-----

**Presidente da Câmara:** Se falarmos em Sábados, Domingos, Feriados, e das 20.00 às 08.00 da manhã, temos problemas legislativos com o condicionamento de horas extraordinárias. Admito que nos armazéns se pudesse fazer durante o dia, mas, há hábitos que se criam e nem sempre os melhores. -----

**VOTAÇÃO:** -----

**Aprovado por maioria** com 1 abstenção do BE e 23 votos a favor dos restantes membros.-----

**Presidente da Mesa:** Esgotada a Ordem do Dia pede para que a votação de todos os pontos sejam aprovados em minuta para que possam produzir efeitos imediatos, o que acontece por unanimidade. Dá assim esta Sessão por encerrada, pelas 00h10.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Margarida São Marcos, 1ª, Secretária, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com a Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

A Primeira Secretária \_\_\_\_\_

**ESTA ATA FOI APROVADA NA SESSÃO REALIZADA NO DIA 23 DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2018.**